

# Relatório de Primavera 2006 do Observatório Português dos Sistemas de Saúde Informação

PEDRO LOPES FERREIRA\*



O Observatório Português dos Sistemas de Saúde (OPSS) tem vindo a publicar, desde há cinco anos, um relatório anual – O Relatório de Primavera –, onde divulga a sua análise sobre o que de relevante aconteceu no ano transacto, na área da saúde em Portugal (OPSS).

O OPSS apresenta-se como uma estrutura independente, que resulta duma parceria entre o Centro de Estudos de Investigação em Saúde / Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, a Escola Nacional de Saúde Pública/Universidade Nova de Lisboa e o Instituto Superior de Serviço Social do Porto.

Este ano, uma vez mais, no último dia da Primavera – em 20 de Junho –, procedeu ao lançamento do seu 6º Relatório, desta feita no auditório do INFARMED, que intitulou como «Um ano de governação em

saúde – sentidos e significados».

Trata-se de um volume com 217 páginas – disponibilizado nos sítios <http://www4.fe.uc.pt/opss> e <http://www.observaport.org> –, que se divide em quatro grandes áreas: Governação e contexto; Um ano de governação em saúde; Análise de imprensa e Considerações finais.

A área «Um ano de governação» – 136 páginas – subdivide-se, por seu turno, em treze sub-áreas:

1. O orçamento para a saúde 2006: um «orçamento de verdade»
2. O renascer da contratualização
3. Existe regulação?
4. Nascer com qualidade
5. A reforma dos Cuidados de Saúde Primários
6. SAP que fecham... UBU que não abrem
7. Transformação jurídica em hospitais
8. Parcerias público-privado
9. Cuidados continuados
10. A espera cirúrgica: a resposta que tarda
11. O medicamento e as farmácias
12. Plano Nacional de Saúde
13. Reorganização estrutural do Ministério da Saúde

Na área referente à reforma dos Cuidados de Saúde Primários o OPSS escreve no seu Relatório que ela assume uma magnitude e importância críticas para o futuro do Serviço Nacional de Saúde e para a sustentabilidade do sistema de saúde português e que deverá, por isso, ser encarada e tratada como um verdadeiro desígnio nacional.

Para tal, dizem, é imperativo que a administração em saúde concentre a parte maior do seu esforço e investimento políticos e que deve capacitar-se no sentido da criação de dinâmicas de mobilização da sociedade civil que, em última instância, constituirão a chave para o seu sucesso.

Acrescenta, também, que para o êxito desta reforma se impõe a mobilização dos recursos financeiros necessários, argumentando que se projectos como a Expo 98, o Campeonato Europeu de Futebol de 2004 e os anunciados projectos do aeroporto da OTA ou da rede de comboios de alta velocidade (TGV) tiverem, ou anuncia-se virem a ter os financiamentos necessários para a sua concretização, dificilmente os portugueses perceberão, dizem, que para a presente reforma tal não venha a acontecer. Até porque seguramente menos onerosa que as já referidas.

A existência de um plano estratégico para os sistemas de informação na área dos CSP é identificada, também, como um factor crítico de sucesso.

O OPSS recomenda que a actual orientação do Ministério da Saúde para a reforma do sector deve prosseguir no aprofundamento da estratégia já encetada, mas com plena consciência dos focos de resistência que no seio da própria administração em saúde, a nível local e/ou regional, insidiosamente se têm vindo

\*Coordenador do Observatório Português dos Sistemas de Saúde

a manifestar.

E aconselha foco especial nas seguintes áreas:

- aprofundamento da discussão e definição do que será a futura rede de centros de saúde, reconfigurados e redimensionados, bem como a concretização detalhada das propostas para a área da Saúde Pública;
- redistribuição célere das funções até agora asseguradas pelas Sub-

-Regiões;

- dotação dos novos Centros de Saúde de novas competências — psicólogos clínicos, fisioterapeutas, médicos dentistas, nutricionistas, etc. —, do acesso em proximidade a consultadoria — nas áreas pediatria comunitária, obstetria, psiquiatria de ligação, etc. —, e generalizar o uso da telemedicina.

O OPSS alerta, por fim, para a ne-

cessidade se tomar consciência de que se os passos até agora já dados no processo desta reforma não conhecerem continuidade, com a sequência e os ritmos adequados, os riscos de uma nova falsa partida determinarão a reestruturação completa dos Cuidados de Saúde Primários e, com ela, uma rotura dificilmente reversível do Serviço Nacional de Saúde.